UNIVERSIDADE ABERTA www.uab.pt	MEIO DE COMUNICAÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO
	Jornal de Letras	24-01-2024

Formação inicial de professores
Um historial de mudanças e desafios

INQUIETAÇÕES PEDAGÓGICAS

O enquadramento da formação inicial de professores no ensino superior é um fenómeno relativamente recente. Em Portugal, tal como em outros países, a formação inicial de professores tem passado por diversas alterações e alimentado inúmeros debates na comunidade académica e na sociedade, como por exemplo o envelhecimento do corpo docente, a falta de professores e a baixa atratividade da carreira docente.

Aqui, o professor Pedro Abrantes ajuda-nos a refletir sobre os modelos de formação inicial de professores e as opções políticas que têm estado na base das mudanças introduzidas desde as três últimas décadas do século XX e interroga a situação atual e a adequação das alterações mais recentes "no sentido de responder aos complexos desafios do sistema educativo atual". Focando esta mesma problemática, as professoras Fátima Mendes e Ana Luísa Costa fazem um balanço sobre dois mestrados da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal que preparam professores para o 1.º e 2.º ciclos do ensino básico, em áreas distintas, e apontam para constrangimentos e limitações das atuais mudanças legislativas. A educação pré-escolar, reconhecida como um pilar do crescimento e desenvolvimento dos mais pequenos, também é objeto de novos desafios face às mudanças do modelo de formação, como descreve a professora Maria João Cardona.

Quo Vadis, formação?

PEDRO ABRANTES

Sabemos hoje que a formação dos professores é um elemento central para o desenvolvimento educativo. Também neste âmbito, Portugal atravessou transformações profundas e complexas nas últimas décadas e encontra-se, neste momento, numa encruzilhada.

Durante o Estado Novo, a formação dos professores foi notavelmente desvalorizada, o que coincidia com a posição subalterna que se atribuía aos professores, de quem se esperava sobretudo que reproduzissem os programas do Ministério, sob o controlo dos diretores e inspetores. O estatuto intelectual que se reconhecia aos professores do ensino liceal resultava, sobretudo, do elitismo da formação do ensino superior nas respetivas áreas disciplinares.

Apesar de alguns esforços de mudança no ocaso da ditadura, apenas com a revolução democrática se alterou este padrão. Foram reformulados os programas dos magistérios e, mais tarde, foram criadas escolas superiores de educação, em diversos pontos do país, com bacharelatos (posteriormente, convertidos em licenciaturas) para a formação de educadores de infância e professores do 1.º e 2.º ciclos do ensino básico. E foi institucionalizada a componente pedagógica nas universidades, como elemento indispensável na preparação dos docentes do 3.º ciclo e do ensino secundário, incluindo a realização de estágios remunerados em escolas públicas protocoladas.

Estes cursos conheceram uma grande procura à época. Entre 1997 e 2006, obtiveram um diploma do ensino superior na área da educação mais de 100 000 pessoas, em Portugal. O impacto no sistema educativo é também inegável (dados em www.dgeec.mec.pt). Em 2006, já 89% dos docentes eram licenciados. Também as melhorias na qualidade do ensino, observáveis pela evolução dos resultados dos alunos portugueses, tanto nas avaliações nacionais como nos testes internacionais, poderá ter relação com a formação e qualificação dos docentes.

Entretanto, os matriculados em educação caíram a pique: os 10 000 diplomados anuais em 2005 passaram a cerca de 5 000 durante a década seguinte, reduzindo-se para menos de 4 000 nos últimos sete anos, com a agravante de que cerca de 1/3 destes diplomas não confere habilitação para a docência. A oferta da formação inicial de professores reduziu-se, de forma significativa, sobretudo fora dos grandes centros urbanos. O próprio perfil qualificacional do corpo docente pouco se alterou, nos últimos 15 anos: a larga maioria continua a ser licenciada, havendo um contingente crescente (mas que ainda não supera os 15%) de mestres e doutores, a par de um outro persistente que não tem licenciatura.

O declínio da formação inicial de professores tem consequências alarmantes no período atual, marcado por um envelhecimento da classe docente, tendo surgido já alguns estudos que demonstram que o número de matriculados atual é muito insuficiente para responder à necessidade de colocação de muitos milhares de professores, nos próximos anos. O que aconteceu?

No quadro do processo de Bolonha, houve a uma reconfiguração das formações, na qual a habilitação para a docência passou a estar dependente de um alinhamento entre uma licenciatura curta (com um cariz mais científico) e um mestrado (com um cariz mais pedagógico). Em simultâneo, foram introduzidos centralmente limites apertados de vagas nos cursos de formação de professores, assim como critérios (académicos) de maior exigência na seleção dos estudantes e na homologação dos planos de estudos.

É certamente precipitado atribuir o declínio dos estudantes às mudanças introduzidas na formação. A avalanche de licenciados na década anterior, a quebra da natalidade e as políticas de austeridade saturaram temporariamente as oportunidades de emprego nesta área, desviando para outras áreas muitos diplomados em educação. Esta já não é a situação atual e faltam estudos sobre as sempre complexas e contingentes decisões vocacionais dos jovens, mas a estratégia das universidades privilegiarem outros cursos, a par dos longos anos de "casa às costas" até à entrada no quadro, serão motivos a considerar.

Em todo o caso, parece indesmentível que a formação de professores deixou de atrair as novas gerações e de responder às transformações que se têm observado nas comunidades educativas. O maior inquérito internacional aos professores (TALIS/OCDE) mostrou, por exemplo, como os docentes portugueses estão entre aqueles que menos se consideram preparados para lidar com a diversidade nas salas de aula.

DEPOIS DE CONSTITUIR UM GRUPO DE TRABALHO para estudar o assunto, o governo introduziu recentemente alterações no modelo de habilitação para a docência, através do Decreto-Lei n.º 112/2023, de 29/11/2023, o qual recuperou o estágio remunerado em contexto de lecionação efetiva, além de atribuir uma maior autonomia às instituições do ensino superior na definição dos planos de estudo e na seleção dos candidatos. Será suficiente?

Muitas dúvidas permanecem. Será que, como escreveu recentemente António Nóvoa, a dimensão académica "engoliu" as vertentes biográfica e profissional que são fundamentais na formação dos professores? Será que as atuais ofertas de ofertas formativas estão adequadas aos "novos públicos" do ensino superior, permitindo, por exemplo, completar e reorientar formações realizadas noutras áreas e/ou noutros países? Será que os princípios da autonomia, flexibilidade e da diversidade, hoje, tão propalados no nosso sistema educativo (e que já estavam na matriz do processo de Bolonha, pelo menos, a nível retórico) são promovidos na formação inicial de professores? Por seu lado, a formação inicial para a docência no ensino superior não merecerá também maior atenção?

Encontramo-nos, portanto, num momento em que urge discutir-se como se deve atualizar (ou mesmo reinventar) a formação de professores, no sentido de responder aos complexos desafios do sistema educativo atual. JL

**Pedro Abrantes é prof. auxiliar na Universidade Aberta e no ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa*